



**FREGUESIA
DE
MACINHATA DO VOUGA**
(MUNICÍPIO DE ÁGUEDA)

EDITAL nº3/2023

Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga, Município de Águeda faz público o seguinte:

Foi aprovado o Relatório Anual de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias do Estatuto do Direito de Oposição, em reunião de Executivo a 16 de março de 2023.

MACINHATA DO VOUGA, 17 DE MARÇO DE 2023

O PRESIDENTE DA JUNTA,

(DR. PEDRO JOAQUIM FARIA DE OLIVEIRA MARQUES)



**FREGUESIA
DE
MACINHATA DO VOUGA**
(MUNICÍPIO DE ÁGUEDA)

**RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO RESPEITO
PELOS DIREITOS E GARANTIAS DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO**

I - INTRODUÇÃO:

O nº1 do artº10º, da Lei nº24/98, de 26 de Maio, estabelece a obrigatoriedade dos órgãos executivos das autarquias locais, de até ao fim do mês de março do ano subseqüente àquele a que se refere, de elaborar um Relatório onde conste o Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição.

Tal relatório deve ser o repositório de tudo o que de mais importante ocorreu na vida da Autarquia com interesse geral, e que deve ser trazido ao conhecimento daqueles que foram eleitos, mas que por razões que derivam dos resultados eleitorais, não se acham investidos em funções de exercício de poder.

Deriva da lei, por imposição constitucional e porque vivemos num Estado de Direito, que as Oposições tenham acesso a esse tipo de informações.

Assim, e dando cumprimento ao estabelecido legalmente elabora-se o presente documento que procura dentro das limitações administrativas existentes dar cumprimento àquele preceito legal, o que se faz através do seguinte:

II – RELATÓRIO:

I - No âmbito do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, foram adotadas as seguintes medidas:

- 1) Quanto ao direito à informação (artº4.º, da Lei nº24/98, de 26/5):**
 - a) Foi dada resposta em tempo útil a todos os requerimentos apresentados por escrito ou verbalmente, quer através da Mesa da Assembleia de Freguesia ou diretamente à Junta de Freguesia;
 - b) Em todas as sessões da Assembleia de Freguesia, foi apresentado, lido e explicitado e distribuído um documento no qual se achavam elencadas todas as atividades mais relevantes desenvolvidas pela JF, no período que mediou entre cada uma das suas sessões;
 - c) Foram disponibilizadas as atas e todos os documentos de suporte à atividade administrativa da JF, sempre que solicitados;

2) Quanto ao direito de consulta prévia (artº5.º da Lei nº24/98, de 26/5):

- a) Foram ouvidos antes da elaboração das propostas iniciais dos documentos de planeamento e projeção anual ou plurianual e suas modificações (alterações ou revisões), nomeadamente Plano de Atividades, Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos, Plano das Atividades Mais Relevantes, etc., e quanto ao seu conteúdo, foram adotadas dentro dos limites orçamentais e das políticas e orientações gerais, as propostas apresentadas pelos titulares do Direito da Oposição;
- b) Foram atendidas as sugestões que os titulares do Direito de Oposição formularam, e que se enquadrassem dentro dos parâmetros de intervenção planeados e orçamentados.

III – CONCLUSÕES:

I – É entendimento do Órgão Executivo da Freguesia de Macinhata do Vouga, que:

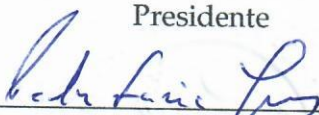
- a) dentro dos limites da lei, foi aos titulares do direito de oposição, garantida a intervenção livre e o pleno exercício do mandato para que foram eleitos;
- b) puderam livremente pronunciarem-se sobre todas as questões de interesse público relevante;
- c) foram convidados a participar e a estarem presentes em todos os atos e atividades oficiais, bem como nas atividades de índole cultural e desportiva que decorreram na Freguesia durante o ano de 2022;
- d) não foi por nenhum dos titulares do Direito de Oposição, apresentada qualquer reclamação ou voto do protesto.

Considera-se por isso, ter este Executivo dado cabal cumprimento ao estipulado legalmente nesse âmbito, razão pela qual se elaborou o presente documento, que depois de aprovado, irá ser remetido para cada um dos titulares do Estatuto do Direito de Oposição. Deverá dar-se cumprimento ao estabelecido na alínea tt) do nº1 do art.º16º, da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro.

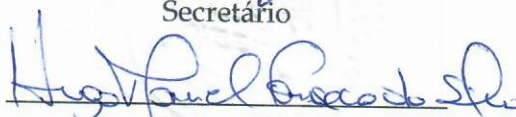
Macinhata do Vouga, 15 de março de 2023

O Executivo

Presidente



Secretário



Tesoureira



Aprovado em sessão de Junta de Freguesia de 16 de março de 2023
Publicitado por Edital nº3/2023 de 17 de março de 2023